

Um corpo negra descolonizando o território universitário

Jannayna Queiroz Carvalho¹⁸

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21135434>

*O corpo que anda com pernas próprias
Que fala por si
Que cala e que dizem: “difama”
O corpo que “engana”
Engasga, tosse e cospe
Sente, existe e resiste
O corpo espelho de si e em si
Um corpo em chamadas, que chama
Um corpo de voz e vez
Reclama, clama – (RE)EXISTE.
(Carvalho, 2026, própria autoria)*

Resumo: Este ensaio crítico apresenta uma reflexão situada no território universitário, acerca da prática docente no ensino superior, articulando experiência profissional, existência psíquica e posicionamento social de uma mulher negra, a partir de uma perspectiva descolonizante do ensino. Fundamentado em referenciais teóricos do feminismo negro e do pensamento descolonial, o texto problematiza a universidade como espaço simultâneo de produção de conhecimento e de reprodução de desigualdades estruturais, especialmente no que se refere às intersecções entre raça e gênero. A partir de uma escrita que tensiona fronteiras entre o acadêmico e o poético, analisa-se como o corpo negro feminino é historicamente constituído como território de invisibilização, controle e resistência. Discute-se, ainda, o papel do racismo estrutural e da colonialidade do poder e do gênero na produção de sofrimento psíquico, bem como as possibilidades de enfrentamento por meio de práticas pedagógicas dialógicas e antirracistas, como o projeto “Dialogando sobre Preconceito”. Conclui-se que a construção de uma universidade comprometida com a equidade exige o reconhecimento da não neutralidade institucional e a adoção de práticas ético-políticas que promovam inclusão, escuta e valorização da diversidade.

Palavras-chave: Docência. Mulheres negras. Ensino Superior. Interseccionalidade. Descolonialidade.

Introdução

A universidade, historicamente concebida como espaço de produção e difusão do conhecimento, tem sido amplamente problematizada por seu papel na reprodução de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Longe de constituir-se como um espaço

¹⁸ Psicóloga Descolonial, Mestre em Psicologia, Doutora em Psicologia, Professora da Graduação e da Pós-graduação na Unifor – Universidade de Fortaleza. jannaynaqueiroz@unifor.br

neutro, a instituição universitária opera como um campo de disputas simbólicas e materiais, no qual determinados sujeitos são legitimados, enquanto outros são sistematicamente marginalizados.

Este ensaio insere-se nesse debate ao propor uma reflexão situada sobre a docência no ensino superior, a partir da experiência de uma mulher negra. Parte-se do pressuposto de que o corpo não é apenas uma dimensão biológica, mas um território político e epistemológico, no qual se inscrevem relações de poder historicamente constituídas. Nesse sentido, conforme argumenta Djamila Ribeiro, “todo mundo fala a partir de um lugar” (Ribeiro, 2017, p. 61), o que implica reconhecer a não universalidade do sujeito que produz conhecimento.

A constituição da identidade negra, especialmente em contextos marcados pelo racismo estrutural, não se dá de forma imediata, mas como um processo histórico e político (Souza, 2021). Tal processo é atravessado por dinâmicas de apagamento, branqueamento e negação, que impactam profundamente a subjetividade, como destaca bell hooks (2019), evidenciando a dimensão psíquica da opressão racial.

Ao mesmo tempo, a experiência negra não pode ser reduzida à opressão. Como propõe Lélia Gonzalez (1988), a partir da categoria de amefricanidade, trata-se também de reconhecer as dimensões culturais e políticas de resistência que emergem desses territórios. Assim, este texto busca articular essas dimensões, opressão e resistência, na análise da docência como prática de cuidado e transformação social.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico-crítico. “O ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas [...] ele não parte de princípios, mas de objetos; não visa a conclusões fechadas, mas a um movimento de reflexão” (Adorno, 2003, p. 25), de natureza qualitativa, fundamentado em uma abordagem situada e interdisciplinar. Metodologicamente, articula-se a escrita ensaística com aportes do feminismo negro, da teoria descolonial e da psicologia social crítica, assumindo a experiência vivida como fonte legítima de produção de conhecimento. Nessa mesma direção, Jorge Larrosa (2002) destaca que o ensaio se constitui como uma forma de pensamento enraizada na experiência e na linguagem, aproximando-se mais da experimentação do que da demonstração. Assim, o presente trabalho assume uma

escrita situada, implicada e crítica, na qual a experiência não é oposta à teoria, mas condição de sua produção.

A opção pelo ensaio como forma metodológica permite tensionar os limites entre subjetividade e objetividade, reconhecendo, conforme as epistemologias feministas, que todo conhecimento é parcial, localizado e implicado. Nesse sentido, a narrativa não é mobilizada como mera autobiografia, mas como dispositivo analítico que possibilita evidenciar como estruturas sociais mais amplas, como o racismo estrutural e a colonialidade, se inscrevem na experiência individual.

Ao longo do texto foi inclusive citado um episódio vivido pela autora, que não foi selecionado com a pretensão de constituir um corpus representativo, mas por sua densidade analítica e por evidenciar situação em que marcadores sociais de diferença, relações de poder e mecanismos de exclusão emergem de forma particularmente expressiva. A escolha da cena narrada, como situação de estranhamento vivenciado no contexto universitário, orienta-se por sua capacidade de iluminar, à luz das categorias de colonialidade, racismo cotidiano, gênero e diálogo, processos sociais mais amplos que atravessam a experiência individual. Desse modo, toma determinado acontecimento como analisador, isto é, como situação que torna visível dinâmicas estruturais frequentemente naturalizadas no cotidiano institucional.

O referencial teórico apoia-se em autores como Aníbal Quijano (2005), com a noção de colonialidade do poder; María Lugones (2014), com o conceito de colonialidade de gênero; Patricia Hill Collins (2022), discorrendo sobre a interseccionalidade como teoria social crítica; Grada Kilomba (2019), ao tratar do racismo cotidiano; além de contribuições de Paulo Freire (2020) e bell hooks (2024), no que se refere à centralidade do diálogo como prática política.

Adicionalmente, a análise incorpora a descrição, análise e problematização de uma prática extensionista, o projeto “Dialogando sobre Preconceito”, como experiência concreta de enfrentamento das desigualdades no contexto universitário.

Resultados e discussões

Este ensaio crítico tem como objetivo apresentar uma dimensão da prática laboral da autora em articulação com sua existência psíquica e social, compreendida como prática de cuidado em uma perspectiva descolonizante. Não se trata, portanto, de

uma narrativa meramente individual ou autobiográfica, mas de uma escrita situada, que reconhece o corpo como locus de inscrição histórica, política e epistemológica.

O corpo, no âmbito deste ensaio, não é compreendido como dado natural ou puramente biológico, mas como construção histórica e política, atravessada por relações de poder que o produzem, regulam e significam socialmente. (Foucault, 2014; Butler, 2019). No contexto da colonialidade, o corpo negro torna-se um território de inscrição da diferença e da hierarquia, sendo simultaneamente objeto de controle e espaço de resistência (Fanon, 2020; Lugones, 2014).

À luz das contribuições de Michel Foucault (2014, 2017), o corpo pode ser compreendido como superfície de inscrição das relações de poder, sendo continuamente disciplinado e normalizado no interior das instituições modernas, entre elas a universidade. Tal perspectiva é tensionada pelas formulações de Judith Butler (2019), ao deslocar a compreensão do corpo para o campo da performatividade, evidenciando que gênero e, por extensão, outros marcadores sociais, não são atributos essenciais, mas efeitos reiterados de normas regulatórias.

No entanto, é no diálogo com o pensamento descolonial que essa análise se adensa, especialmente a partir de Aníbal Quijano (2005), para quem a ideia de raça constitui um dos eixos estruturantes da colonialidade do poder, organizando hierarquias globais que incidem diretamente sobre os corpos. Nesse sentido, o corpo negro passa a ser produzido como diferença ontológica, sendo historicamente situado em posições de subalternidade. A essa leitura soma-se a contribuição de María Lugones (2014), ao evidenciar que a colonialidade do gênero articula raça, gênero e sexualidade como dimensões co-constitutivas de um mesmo sistema de dominação, produzindo corpos marcados pela exterioridade em relação ao sujeito moderno.

Nesse sentido, Patricia Hill Collins (2022) argumenta que raça, gênero, classe, sexualidade e outros marcadores sociais constituem sistemas interdependentes de poder que produzem posições diferenciadas de privilégio e subordinação. A autora denomina esse processo de “matriz de dominação”, destacando que as desigualdades sociais são construídas por meio da interação entre múltiplos eixos de opressão, cuja atuação não pode ser compreendida de forma fragmentada. Assim, a perspectiva interseccional possibilita analisar como determinadas experiências de exclusão, silenciamento e não pertencimento são produzidas na confluência de diferentes marcadores sociais, evidenciando que as relações de poder operam de maneira complexa e contextualizada.

Por sua vez, autoras do feminismo negro, como Lélia Gonzalez (1988) e bell hooks (2019), deslocam essa leitura ao enfatizar o corpo negro feminino não apenas como objeto de opressão, mas como locus de resistência, produção de saber e reinvenção política. Nessa direção, o corpo deixa de ser compreendido exclusivamente como espaço de inscrição da violência e passa a ser também território de agência, memória e reexistência, tensionando as epistemologias hegemônicas e afirmando outras possibilidades de existência no interior dos espaços institucionais.

Ao assumir a perspectiva de uma escrita encarnada, este texto parte do entendimento de que o sujeito que produz conhecimento não é neutro nem universal, mas atravessado por marcadores sociais que condicionam suas experiências e formas de interpretação do mundo. Nesse sentido, o corpo da autora, enquanto corpo negro, feminino e docente, não é apenas suporte biológico, mas território de disputas simbólicas, lugar de produção de saber e de resistência frente às dinâmicas de poder que estruturam o espaço acadêmico.

Assim, a prática laboral aqui analisada não pode ser dissociada das condições históricas e sociais que a constituem. Trata-se de uma prática que emerge de experiências concretas de racialização, gênero e pertencimento, articulando cuidado, escuta e produção de conhecimento como formas de enfrentamento às lógicas coloniais que ainda organizam a universidade. Nessa direção, o ensaio inscreve-se no campo das epistemologias críticas e decoloniais, ao tensionar a ideia de neutralidade científica e afirmar o conhecimento como prática situada, implicada e politicamente comprometida.

Este ensaio crítico objetiva apresentar uma dimensão da prática laboral da autora articulada à sua existência psíquica e social, compreendida como prática de cuidado, em uma perspectiva descolonizante. Mais do que uma narrativa individual, trata-se de uma escrita situada, que toma o corpo como lugar de inscrição histórica, política e epistemológica.

Meu nome é Jannayna Queiroz Carvalho. Sou uma mulher negra, docente em uma universidade privada no estado do Ceará, na cidade de Fortaleza, instituição da qual também sou egressa. Minhas experiências nos espaços de aprendizagem sempre foram atravessadas pelo meu corpo, um corpo socialmente marginalizado, historicamente produzido como ausência e sistematicamente invizibilizado.

meu corpo não aparenta neutro
ele chega e entra antes de mim
anuncia minha chegada, minha pele, minha cor
negocia minha existência, me expõe a dor (Carvalho, 2026, própria autoria).

Sou uma mulher negra, atravessada pelo colorismo, compreendido como um sistema de diferenciação intrarracial que organiza privilégios e desvantagens a partir da tonalidade da pele (Mizael; Castro; Dittrich, 2021); e por processos de branqueamento produzidos no interior do racismo estrutural, os quais inscrevem marcas profundas na constituição da minha identidade. Nesse sentido, tornar-me negra, nos termos propostos por Neusa Santos Souza (2021), não se configurou como um dado imediato, mas como um processo longo, doloroso e eminentemente político, que apenas se consolidou na vida adulta.

Em um primeiro momento, o branqueamento operou como dispositivo de apagamento, interditando a possibilidade de reconhecimento racial e produzindo uma cisão entre experiência vivida e nomeação identitária. Posteriormente, já no âmbito de um processo de conscientização, emergem tensionamentos relativos aos supostos privilégios associados ao colorismo, os quais, longe de anularem experiências de exclusão, complexificam a vivência da racialização. Não se é preto, nem se é branco, não se é coisa alguma. Esse não ser, produto do colorismo, se faz um nó difícil de desatar. Tal movimento evidencia que a constituição da identidade negra não se dá de forma linear, mas por meio de disputas simbólicas que atravessam o sujeito e o inserem em uma lógica ambivalente de inclusão precária e exclusão persistente.

É nesse contexto que se torna possível compreender que tornar-se mulher negra não é apenas um percurso subjetivo, mas um processo historicamente situado, inscrito na lógica colonial do branqueamento, que opera tanto pela negação quanto pela captura da diferença. Assim, permitir-se ser negra não se configura como um gesto puramente individual ou voluntarista, mas como efeito de uma estrutura de opressão que, ao mesmo tempo em que produz a vitimização, também ensina modos de autonegação e reiteração dessa violência no plano subjetivo.

um corpo oprimido
nunca foi um alvo individualizado
mas um alvo social que representa um coletivo marginalizado (Carvalho,
2026, própria autoria).

Sou filha de um homem negro que negava sua própria negritude, expressão da violência do racismo internalizado (FANON, 2020), e de uma mulher branca. Minha trajetória foi atravessada por anos de negação, apagamento e distanciamento de minha identidade racial. Vivi violências que, à época, não compreendia em sua raiz.

Faltavam-me as categorias analíticas, mas, sobretudo, faltava-me autorização simbólica para existir como sou.

Nesse sentido, mais do que um dado biográfico, essa localização deve ser compreendida como lugar de enunciação, na medida em que “todo mundo fala a partir de um lugar” (Ribeiro, 2017, p. 61). O sujeito que escreve não é universal: é situado, atravessado, implicado.

fui ensinada a me olhar e não me ver
a não me reconhecer no meu próprio espelho
a suavizar minha cor
a traduzir meu corpo numa língua inventada (Carvalho, 2026, própria autoria).

Foi no território universitário que esse processo começou a se deslocar. A partir da interpelação de uma amiga querida sobre minha cor, fui convocada a me olhar e, pela primeira vez, a me ver. Como tão bem descreveu Fanon (2020, p. 127) “Eu me percorri com um olhar objetivo, descobri minha negrura, meus traços étnicos – e então me arrebataram o tímpano com a antropofagia, o atraso mental...” Reconhecer-me como mulher negra implicou a ruptura com uma identidade branca que me foi imposta: um processo de descolonização de si.

O corpo negro feminino, nesse contexto, pode ser compreendido como território político, atravessado por processos históricos de racialização, controle e subalternização. Trata-se de um corpo que carrega marcas da colonialidade e, simultaneamente, potencialidades de resistência que o campo da docência possibilita.

No plano do cotidiano, essas dinâmicas se manifestam por meio do racismo ordinário, poderia elencar muitas experiências sofridas, mas me resguardo a compartilhar um primeiro dia de aula, e um “equivoco”, quando uma aluna branca, se dirige a uma outra aluna branca, pensando que ela seria a professora, enquanto eu estava logo ao lado, invisibilizada, no território colonial da universidade. Como afirma Kilomba (2019), o racismo se trata de uma realidade cotidiana, portanto não pode ser compreendido enquanto um evento isolado. No espaço universitário, isso se traduz em práticas de silenciamento, suspeição, vigilância e questionamento de competência, mecanismos que produzem um ambiente ambíguo: entre reconhecimento e adoecimento.

Lélia Gonzalez (1988), ao propor a categoria de amefricanidade, desloca a análise para um campo em que a experiência negra é compreendida não apenas como

efeito da opressão, mas também como produção cultural e política de resistência. Nesse sentido, o corpo negro não é apenas objeto de dominação, mas sujeito de reinvenção, sujeito de criação, por que não dizer, sujeito em gestação permanente no território colonial.

sou corpo de memória larga
corpo que re-Existe, resiste
corpo que não se apaga
mesmo quando querem silenciar (Carvalho, 2026, própria autoria).

A experiência de existir no território universitário, como mulher negra, pode ser evocada poeticamente a partir da ideia de um corpo que insiste em existir, como tão bem expressa, a cantora e compositora brasileira, Luedji Luna (2017): “eu sou um corpo, um ser, um corpo só. Tem cor, tem corte”. O corpo, aqui, não é apenas biológico, é um corpo político, discursivo, territorial.

A constituição da identidade negra, portanto, não se dá de forma imediata, mas como um processo histórico, político, epistemológico. Como aponta bell hooks (2019), o racismo, quando internalizado, ensina as pessoas negras a odiarem a si próprias, a negarem sua própria identidade. Tornar-se negra (Souza, 2021) implica romper com esse projeto de negação e reconstruir-se a partir de outras referências epistemológicas, afetivas e coletivas.

A universidade, embora idealizada como espaço de formação e promoção de saúde, pode também operar como espaço de adoecimento. E muitos são os discursos de sofrimento de pessoas negras nesse território. Um dos elementos centrais desse processo é o preconceito, entendido como atitude negativa sustentada por construções históricas que naturalizam desigualdades (Miranda; Cavalcante; Melo, 2020).

Esse fenômeno pode ser articulado à noção de colonialidade do poder, na qual a ideia de raça opera como eixo organizador das hierarquias sociais (Quijano, 2005, p. 117). Nesse quadro, a universidade não é neutra: ela reproduz epistemologias eurocentradas e deslegitima saberes outros.

María Lugones aprofunda essa análise ao afirmar que a colonialidade do gênero revela o quanto raça e gênero estão imbricados na constituição da modernidade (Lugones, 2014). Mulheres negras, nesse sentido, são frequentemente posicionadas como exteriores ao sujeito moderno, sendo percebidas como corpos deslocados, não pertencentes.

enquanto para uns só basta ocupar o lugar
estar docente para uma mulher negra é sempre provar
que posso
que sei
que sou (Carvalho, 2026, própria autoria).

As consequências dessas dinâmicas são profundas. Experiências de racismo e sexismo, impactam diretamente a construção da subjetividade, produzindo sofrimento psíquico, sentimentos de inadequação e deslegitimação (Bandeira, 2009; Braga *et al.*, 2018).

No exercício da docência, cuja gênese remonta à minha própria experiência enquanto discente, experiência essa que se deu no mesmo locus de formação que atuo, onde me graduei e me fiz mestre, emerge o projeto “Dialogando sobre Preconceito” (Bessa, Maia, Carvalho, Souza, 2022), concebido a partir do encontro entre quatro docentes, de um horizonte ideológico e ético compartilhado e da possibilidade concreta de intervenção no território universitário que habitávamos. Projeto esse que atualmente sou uma das coordenadoras e supervisora de estágio, em processos educativos e sociais, no curso de psicologia. O projeto, desenvolvido desde 2019 no Centro de Ciências da Saúde, articula docentes da graduação e da pós-graduação em Psicologia, com o objetivo de problematizar as múltiplas expressões do preconceito em contextos acadêmicos e escolares.

A construção desse projeto não é externa à minha trajetória e nem à nenhuma trajetória das demais idealizadoras: ela emerge como desdobramento da minha própria experiência e das experiências de minhas amigas, colegas de trabalho e parceiras de sonhos. Trata-se de uma prática que articula cuidado, escuta e produção de conhecimento, entendendo o espaço educacional como território privilegiado para práticas dialógicas. Como propõe Freire (2020), o diálogo não é apenas um método, mas uma ferramenta de conscientização e por sua vez, uma prática política. Como afirma bell hooks (2024), “podemos ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão” (p. 56). É por meio dele que se torna possível compreender o outro e evidenciar as condições sociais que produzem o preconceito (Zabeu, 2014).

As intervenções do projeto “Dialogando sobre Preconceito” tem uma fundamentação em conhecimentos teóricos, no desenvolvimento de pesquisas sobre o preconceito, nas suas mais diversas configurações, e em experiências profissionais no campo da Psicologia Escolar, da Psicologia Social e em intervenções grupais (Maia,

Bessa, Carvalho, Souza, 2023), produzindo ações, desde 2019, dentro do espaço universitário e em escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Entre as diversas ações desenvolvidas pelo projeto, destacam-se as rodas dialógicas, a participação em eventos científicos, a realização do Cine Dialogando sobre Preconceito, a elaboração de materiais educativos e institucionais (cartilha e carta à universidade), a publicação de artigos em periódicos e capítulos de livros, bem como a divulgação de conteúdos por meio da rede social Instagram (@dialogandopreconceito). Tais iniciativas evidenciam a amplitude e a relevância das atividades realizadas, refletindo o amadurecimento de uma proposta concebida inicialmente como um projeto de vida compartilhado por quatro docentes de uma instituição privada de ensino superior. O apoio institucional recebido foi fundamental para a concretização dessas ações, possibilitando que aspirações e compromissos individuais se articulassem em uma experiência coletiva de ensino, pesquisa e extensão, cujos resultados demonstram significativo impacto acadêmico e social.

falar, verbalizar, expressar... é também curar
escutar é também transformar-se, re-existir, resistir
nomear é transpor o silêncio (Carvalho, 2026, própria autoria).

O reconhecimento dessas construções, em nível individual e coletivo, constitui condição fundamental para a transformação social. Nesse sentido, este ensaio não apenas apresenta uma prática laboral, mas evidencia o entrelaçamento entre existência, resistência e produção de conhecimento. Trata-se, portanto, de afirmar que o cuidado, quando descolonizado, não é neutro: ele é situado, implicado e comprometido com a transformação das estruturas que produzem sofrimento.

escrevo para resistir, para re-Existir, para EXISTIR
EXISTO para não ser apagada
e no que aqui se fez escrito
outras também podem EXISTIR (Carvalho, 2026, própria autoria).

A autora sustenta que, em sua existência e na de outras docentes que partem de territórios sociais análogos, o espaço universitário pode e deve ser compreendido como um território ético-político de cuidado e formação humana. Trata-se de um locus no qual se entrecruzam práticas orientadas pela inclusão social, pela valorização da diversidade e pela efetivação dos direitos humanos, configurando-se como um campo privilegiado de produção de subjetividades e de disputas epistemológicas.

Nessa perspectiva, a universidade deixa de ser concebida como uma instituição neutra ou alheia às disputas sociais que atravessam a produção do conhecimento. Tal pretensa neutralidade, amplamente problematizada pelas abordagens críticas, configura-se como uma construção ideológica que tende a obscurecer relações de poder historicamente constituídas e a legitimar a hegemonia de determinadas racionalidades, epistemologias e regimes de verdade (Foucault, 2017; Bourdieu, 1989). Desse modo, a instituição universitária deve ser compreendida como um campo de forças em permanente disputa, no qual são produzidas, reguladas e também passíveis de transformação as condições de visibilidade, pertencimento, reconhecimento e legitimidade dos sujeitos.

Sob essa ótica, afirmar a universidade como um território de cuidado implica problematizar e tensionar as estruturas que, ao longo da história, contribuíram para a exclusão, a marginalização e a invisibilização de determinados grupos sociais. Trata-se de reivindicar uma universidade comprometida com a promoção da justiça social e do reconhecimento das diferenças, na qual os sujeitos possam ser acolhidos em sua pluralidade, complexidade e potência de existência. Nessa direção, dialoga-se com a reflexão de hooks (2024, p. 23), para quem “eu nunca quisera abandonar a convicção de que é possível dar aula sem reforçar os sistemas de dominação existentes”. A educação, portanto, constitui-se como prática ética e política capaz de desafiar mecanismos de opressão e ampliar possibilidades de emancipação.

Assim, a diferença não deve ser concebida como exceção a ser tolerada, mas como princípio constitutivo da própria experiência universitária. A universidade, enquanto espaço democrático de formação, produção de conhecimento e transformação social, somente realiza plenamente sua função social quando assegura condições efetivas de participação, reconhecimento e pertencimento a todos os sujeitos. Nessa acepção, a construção de uma universidade inclusiva não se configura como concessão institucional, mas como imperativo ético fundamental para a consolidação de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Conclusão

A análise desenvolvida neste ensaio evidencia que a docência no ensino superior, quando atravessada por marcadores sociais como raça e gênero, não pode ser compreendida de forma dissociada das estruturas históricas de desigualdade que

organizam a sociedade. A universidade, nesse contexto, revela-se como um espaço ambivalente: ao mesmo tempo em que possibilita processos de reconhecimento e produção de conhecimento, também reproduz dinâmicas de exclusão, invisibilização e adoecimento.

A partir de uma perspectiva descolonial, torna-se possível compreender essas dinâmicas como expressões da colonialidade do poder e do gênero, que operam na produção de hierarquias entre sujeitos e saberes. Nesse sentido, o corpo negro feminino emerge como território de disputa, no qual se inscrevem tanto práticas de dominação quanto estratégias de resistência.

As experiências analisadas indicam que o enfrentamento dessas desigualdades exige mais do que políticas formais de inclusão. Implica a transformação das práticas institucionais e a adoção de uma ética do cuidado comprometida com a escuta, o reconhecimento e a valorização da diversidade. Iniciativas como o projeto “Dialogando sobre Preconceito” demonstram o potencial das práticas pedagógicas dialógicas na promoção de mudanças sociais.

Por fim, afirmar a universidade como território ético-político de cuidado significa reconhecer sua não neutralidade e assumir o compromisso com a construção de um espaço verdadeiramente inclusivo. Um espaço em que corpos historicamente marginalizados não apenas acessem, mas sejam reconhecidos em sua potência epistemológica e existencial. Trata-se, portanto, de reivindicar uma universidade na qual existir não seja um ato de resistência solitária, mas uma possibilidade compartilhada.

Referências

ADORNO, Theodor W. *O ensaio como forma*. In: _____. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003. p. 15–45.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 401–418, 2009.

BESSA, L.L.; MAIA, L.M.; CARVALHO, J.Q.; SOUZA, L.E. de. Dialogando sobre preconceito: formação crítica em psicologia. In: ENCONTRO DE PRÁTICAS DOCENTES, 14, 2022, Fortaleza. Anais (...) Fortaleza: UNIFOR, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Laís Silveira *et al.* Racismo, sofrimento psíquico e saúde mental da população negra. *Revista Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 30, e173676, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COLLINS, Patrícia H. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, 1988.

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2024.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARROSA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20–28, 2002.

LUEDJI LUNA. Um corpo no mundo. Intérprete: Luedji Luna. In: *Um Corpo no Mundo*. São Paulo: YB Music, 2017. Faixa 4. Disponível em: YouTube oficial da música. Acesso em: 10 jun. 2026.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, set./dez. 2014. DOI: 10.1590/S0104-026X2014000300013.

MAIA, Luciana, BESSA, Letícia L.; CARVALHO, Jannayna Q.; SOUZA, Luana E. de. Dialogando Sobre Preconceito: um projeto de intervenção na universidade. In: NEGREIROS, Fauston; ALEXANDRINO, Ronaldo. *Psicologia Escolar e Educacional & POPULAÇÃO LGBTQIA+*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2023.

MIZAEL, Táhcita Medrado; CASTRO, Marina Souto Lopes Bezerra de; DITTRICH, Alexandre. Uma interpretação analítico-comportamental do colorismo e de suas implicações clínicas. *Acta Comportamentalia*, México, v. 29, n. 4, p. 1–20, 2021.

MIRANDA, Ana Paula; CAVALCANTE, Juliana; MELO, Karla. Preconceito e discriminação: implicações psicossociais. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 25, e45123, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2021.

ZABEU, Jéssica. Diálogo e construção social do preconceito. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 24, p. 45–60, 2014.